

AFROS & AMAZÔNICOS



A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE JESUS: CONSTITUIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

*Marco Antônio Domingues Teixeira**

Resumo: Este artigo trata sobre a constituição do Quilombo de Jesus, situado no Vale do rio São Miguel, afluente do Guaporé, e recebe seu nome devido ao patriarca da família Sr. Jesus Gomes. O quilombo surgiu na década de 1920/1930 quando o preço da borracha estavam em declínio e a família permaneceu isolada na mesma região até finais dos anos 1980, quando a abertura de frentes de colonização promovidas pelo INCRA chegaram ao lugar para promover o assentamento de colonos. Aos poucos, grandes fazendeiros foram se apropriando das terras, de forma que no início dos anos 2000, só se transitava pela estrada estadual com a permissão de fazendeiros que punham porteiros fechadas a cadeados em passagens estratégicas. O Quilombo de Jesus, estudado nos anos 2006/2010, foi o primeiro quilombo de Rondônia a ser titulado pelo INCRA. O quilombo é formado por uma grande família que entre 1930 e 1980 casou entre si e viveu endogamicamente. A pesquisa foi feita de forma participativa com diversas viagens ao local e convivência com a comunidade. Utilizou-se, ainda, o método de observação etnográfica. Os resultados apresentam uma comunidade unida, mas desconhecadora dos direitos legais e que por ação do governo federal perdeu suas melhores terras e passou a trabalhar para aqueles que lhes espoliaram.

Palavras-chave: Vale do São Miguel; Castanhais; Poaia; INCRA; Frentes de Colonização.

Abstract: This article deals with constitution of Quilombo de Jesus, located in São Miguel River Valley, a tributary of Guaporé, and receives its name from the patriarch of the family Mr. Jesus Gomes. The Quilombo appeared in the 1920s/1930s when rubber prices were declining and the family remained isolated in the same region until the late 1980s, when the opening of colonization fronts promoted by INCRA arrived at the place to promote the settlement of colonists. Gradually, large landowners took over the land, so that in the early 2000s, people could only use the local road with a permission of those farmers who put gates closed to locks on strategic passages. Quilombo de Jesus, studied in the years 2006/2010, was the first quilombo in Rondônia to be accredited by INCRA. The quilombo is formed by a large family that between 1930 and 1980 married among themselves and lived inbreeding. This research was done in a participatory way with several trips to the place and living with the community. The ethnographic observation method was also used. The results show a united community, but unaware of legal rights and that, by the action of the federal government, lost its best lands and started to work for those who plundered them.

Keywords: São Miguel Valley; Castanhais; Poaia; INCRA; Colonization Fronts.

Introdução

Localizada no Vale do rio São Miguel, afluente do Guaporé, há, aproximadamente, 3 horas de distância por viagem, em estrada de terra, situa-se o Quilombo de Jesus, que recebe este nome devido ao patriarca da família, fundador da localidade,

* Doutor em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Universidade Federal do Pará. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Coordenador do GEPIAA/UNIR (Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazônicos). Coordenador do CPARQH/UNIR (Centro de Pesquisa em Arqueologia e História).

Sr. Jesus Gomes. O quilombo surgiu na década de 1920/1930, quando o preço da borracha estavam, incrivelmente baixos, mas ainda era compensatório o corte da Poaia (*Caripichea pecacuaha*) e a coleta da Castanha do Pará (*Bertholetia excelsa*).

A família permaneceu isolada na mesma região interiorana, inclusive mantendo a fala de um português da década de 1930, até finais dos anos 1980, quando a abertura de frentes de colonização promovidas pelo INCRA chegaram ao lugar para promover o assentamento de colonos que, aos poucos, venderam seus lotes a



grandes fazendeiros, de forma que no início dos anos 2000, só se transitava pela estrada estadual com a permissão de fazendeiros que punham porteiros fechadas a cadeados em passagens estratégicas.

O Quilombo foi estudado nos anos 2006/2010 e sua localização favorável, como limite fundiário com a REBIO Guaporé, interessava aos agentes do IBAMA que viam na existência do quilombo, um impedimento à expansão ilegal das fazendas. Este foi o primeiro quilombo de Rondônia a ser titulado pelo INCRA, recebendo pouco menos de 6000 hectares, totalmente em terra alagável, enquanto os grandes castanhais foram derrubados para a produção de pastos e a família Gomes passou a trabalhar como peões das terras que antes eram os donos.

Este é mais um processo do desconhecimento étnico do INCRA e outros órgãos no processo da colonização recente de Rondônia. O quilombo é formado por uma grande família que entre 1930 e 1980 casou entre si e viveu endogamicamente. Esta pesquisa foi feita de forma participativa com diversas viagens ao local e convivência com a comunidade.

Utilizou-se, ainda o método de observação etnográfica. Os resultados apresentam uma comunidade unida, mas desconhecadora dos direitos legais e que por ação do governo federal perdeu suas melhores terras e passou a trabalhar para aqueles que lhes espoliaram.

A constituição da família Gomes Oliveira

Os integrantes da Comunidade Remanescente do Quilombo de Jesus têm seus antepassados ligados aos negros de Vila Bela da Santíssima Trindade e seus descendentes que colonizaram a região da Bacia do Guaporé e seus afluentes.

Os moradores da comunidade organizaram-se em procedimentos próprios para garantir a sobrevivência e as formas de relacionamento sociais foram redefinidas a partir do convívio dentro de um único grupo familiar. Os moradores da comuni-

dade de Jesus identificam-se e são identificados pelos circundantes como pretos. Seus vínculos familiares os ligam às populações negras guaporeanas, sobretudo aos antigos moradores negros da comunidade de Limoeiro.

A comunidade tem sua formação a partir da década de 1940, quando o senhor Jesus Gomes de Oliveira abandonou a colocação de seus irmãos na região de Limoeiro, onde exploravam o látex, no rio São Miguel e dirigiu-se para a área onde, hoje, está situada a comunidade da qual é o patriarca.

Teixeira (2008) em seu trabalho de pesquisa com a comunidade relata:

Segundo o Sr. Jesus, as terras já estavam ocupadas pela família de sua futura esposa, Dona Luísa Assunção, que trabalhava na extração de borracha obtida da seringueira (*Hevea brasiliensis*), e de poaia (*Hybanthus ipecacuanha*) e na coleta da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). (...) Com o declínio dos preços destes produtos, a família de Dona Luísa abandonou as terras que permaneceram exploradas pelo senhor Jesus Oliveira, agora marido de Dona Luísa.

Figura 01: Senhor Jesus e Dona Luísa, Patriarca e Matriarca da comunidade Quilombola de Jesus, Rio São Miguel/RO



Foto: Gustavo Gurgel (2008)

Este casal gerou 12 filhos que, por sua vez, constituíram suas próprias famílias e permaneceram no local de origem, formando um núcleo de base patriarcal, cuja autoridade maior reside na pessoa do senhor Jesus Oliveira. As famílias sobreviveram da agricultura de mandioca (*Manihot exulenta*), arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*), batata



doce (*Ipomea batatas*), abóbora (*Cucurbita pepo* L) e outros. Praticaram, também, a pesca e a caça, além da criação de animais como galinha (*Gallus gallus*), pato doméstico (*Cainara moschata*), porco (*Sus scrofa*), boi (*Bos taurus*) e ovelha (*Ovis aries*).

Em entrevista com o filho mais velho do Sr. Jesus, Sr. Luiz (Luizinho), perguntando sobre as condições de vida no período da borracha, ele relata as dificuldades passadas naquela época:

(Q) Naquele tempo, a gente investia tanto na seringa que, quando era o tempo do cara querer fazer uma roça, num tinha, tanto que noise tinha uma vida assim, eu vô te dizer, era ruim. O patrão não ligava muito, a gente ia corta a seringa a gente já vinha na marra, chegava em casa, era todo mundo já deitado em cima da coisa, porque num tinha o alimento, que os que eles forneciam pra gente era fraco demais, era tudo fraco; a pessoa, essa menina mermu, uma filha minha que tava indagora aqui, chegava em casa, dava dó aquele montueiro tudo deitado, a gente num pode faltar a farinha né? Faltou a farinha pra nós, é mermu que passá fome.

Os moradores do Quilombo de Jesus são constituídos por uma única grande família, que tem no casal Jesus e Luiza seus fundadores. Segundo Teixeira,

A família reside na região desde a sua fundação como casal e, anteriormente, o mesmo sitio era ocupado pelos pais de dona Luiza que exploravam a seringa e a poaia na região, ainda nas primeiras décadas do século XX. Durante a primeira metade daquele século, a família do senhor Jesus viveu da extração do látex, da castanha e da poaia, mantendo um comércio regular com os regatões que percorriam a região e abastecendo-se daquilo que produziam ou do que podiam comprar com a venda de sua produção extrativista. A partir do declínio da borracha, os regatões abandonaram as águas do São Miguel, pouco povoadas por ribeirinhos e, portanto, pouco atrativa para os comerciantes. Assim, a família manteve-se em grande isolamento explorando um vasto território composto por várzeas e terras firmes onde se encontravam castanhais, seringais e matas diversas, além de campos naturais e alagadiços, lagoas e o próprio rio São Miguel que se constituirá na principal fonte de abastecimento

do grupo, oferecendo peixes, quelônios e caças diversas. Até o advento dos anos 1970, a família permaneceu isolada e foi somente com o início de um projeto de colonização desencadeado pelo INCRA que o grupo retomou contatos com a sociedade nacional. (TEIXEIRA, 2008)

A população da comunidade quilombola de Jesus conta com um total de 56 pessoas, existindo quatro grupos familiares principais, todos vinculados ao patriarcado Jesus de Oliveira.

A vida do Senhor Jesus como coletor e extrator às margens do rio São Miguel apresentou-se com muitas dificuldades; a falta de alimentos e vestuário aos moradores locais era apenas algumas das dificuldades encontradas para a permanência na região. A pesca, a caça e a coleta de cacau nativo (*Theobroma cacao*) eram as formas mais imediatas de se resolver os problemas ligados à fome.

Figura 02: Croqui da comunidade de Jesus



Vejamos a entrevista que realizamos com o Senhor Jesus e o que ele respondeu, no momento em que perguntávamos sobre as condições de vida no período da extração do látex, quando a comunidade era “abastecida” pelos regatões que traziam produtos como sal, munição, roupas e outros produtos para serem “trocados” com a produção de borracha realizada pela comunidade.

(P) Quanto tempo o senhor ficava sem ver dinheiro?

(Q) Ave Maria... eu vim ver dinheiro agora, depois que eu me aposentei... eu me aposentei em 96, em 1996 eu aposentei, né? Me aposentei como seringueiro...mas aí recebi 2 anos, aí cortaram, aí parti pra



agricultura, né? Uma coisa que até o Juiz perguntou: - “porque o senhor não se aposentou como agricultor?” Eu disse: Fica chato, se eu ser freguês dizer que fui patrão, né? E quando eu me aposentei, ele foi e falou pra mim assim: - “Sr Jesus, o senhor tá aposentado, o senhor já pode vir morar na cidade”. Aí eu digo: doutor, dá licença. Ele disse: “pode falar”. - Eu, na mata, me sinto muito mais feliz. Aí ele foi e perguntou: - “porque que o senhor diz isso?” - Por que doutor?! Eu vô no mato, eu ando prevenido doutor; uma fera parte pra cima de mim, eu resolvo com ela. E aqui não, na rua, eu num posso, se eu for resolver, eu manheço morto ou então na cadeia ... (risos) Aí ele disse: - “tá certo”.

A família da comunidade de Jesus segue o modelo patriarcal típico das sociedades rurais e agrárias do Brasil antigo. As famílias da comunidade de Jesus originam-se, todas, de um único tronco: o casal Jesus Gomes de Oliveira e dona Luíza Assunção.

O casal formou família ainda jovem, ele com aproximadamente 22 anos e ela com 17 anos. A primeira filha nasceu em 1955, seguindo-se outros onze filhos e filhas. O ato de casar e constituir família garantiu ao senhor Jesus Oliveira a permanência na terra que era ocupada pela família de dona Luíza e, posteriormente, quando os pais dela se retiraram da região, após o declínio da borracha, a posse das terras que eram da família da esposa e que hoje constituem o território quilombola. No casamento os membros da comunidade quilombola identificam a base da continuidade e perpetuação do grupo, tendo cada um dos cônjuges os seus papéis e atributos definidos pelo contrato matrimonial. Cabem ao homem as tarefas de prover a família de alimentos, moradia, abrigo, gêneros diversos e objetos de uso como canoas, montarias, paneiros para transportes de castanhas e caça. À mulher caberá a criação e educação dos filhos, os cuidados com a casa, as devoções religiosas, o preparo de roupas, remédios e cerâmicas, o cultivo de hortas e pomares. Ambos podem trabalhar com rezas e benzeções, preparo de remédios e garrafadas, prá-

ticas devocionais e aspectos diversos da instrução dos membros do grupo familiar. Caberá a ambos, ainda, o cultivo da roça, que deverá ser realizado com o apoio de todos os filhos que já possuam condições de se deslocarem até as áreas de cultivo, a pesca cotidiana e a criação de pequenos animais (TEIXEIRA, 2008).

O casamento se dá pela escolha da esposa pelo futuro marido. É ele quem a escolhe, mas cabe a ela aceitá-lo ou não. Para a concretização do matrimônio, o rapaz deve apresentar boa disposição para o trabalho, ser previdente e viril, ter princípios morais e religiosos que o identifiquem com o grupo. À noiva compete a demonstração de honestidade e virtude, devendo ser previdente e econômica, prezada e cuidadosa com o lar, os filhos e o marido. Deverá apresentar conhecimentos, disposição e gosto pelo trabalho auxiliar, ao lado do marido e dos filhos nas roças, pescarias e plantações. Se souber costurar e bordar será de grande valia para a família e caso detenha conhecimentos de rezas e plantas medicinais, será considerada ainda melhor.

Na comunidade de Jesus, os filhos devem obediência e submissão aos pais em toda e qualquer ocasião. Observa-se que esta prática é tida como uma norma sagrada. Mesmo os filhos casados e com suas próprias famílias devem respeito, obediência e submissão ao patriarca e sua esposa. Os filhos irão perpetuar o nome e as tradições da família, desde cedo auxiliarão os pais nas tarefas diárias dos roçados, criações, pesca, caça e extrativismo.

O casal Oliveira exerce controle rígido no tocante à moralidade do grupo familiar. Muitas das filhas mais velhas são consideradas “moças velhas”¹, pois não tiveram oportunidade de se casarem, uma vez que o grupo familiar permaneceu isolado por longo período de tempo, após o

1. Moça velha é a mulher que não se casou e não pode, desta forma, constituir, ao lado do marido, uma família. Teoricamente permaneceram virgens e vivem na casa dos pais auxiliando na criação de filhos e netos mais novos e nos serviços domésticos. São elas que cuidam dos pais durante a velhice.



declínio da borracha. Atualmente, com a intensificação dos contatos entre os membros da família e a vizinhança, composta por colonos e proprietários das terras circundantes, há uma grande preocupação dos pais com suas filhas mais novas e das moças velhas com as solteiras em idade de namoro. Esta preocupação se estende, ainda, às relações entre primos e entre tios e sobrinhos. Todos são atentamente vigiados pelos olhares dos mais velhos. Os casamentos atuais ocorreram entre os filhos e filhas do casal Oliveira e membros de fora da comunidade, via de regra, moradores das imediações e, em todos os casos, pessoas do Vale do São Miguel. Mesmo sendo uma comunidade formada por um único e grande grupo familiar, as relações endogâmicas não são toleradas pelo grupo. Aos que não puderam constituir famílias por falta de parceiros ou parceiras, ficou reservada a condição de solteiro ou solteira (TEIXEIRA, 2008).

Esta condição é geralmente aplicada às mulheres da comunidade, uma vez que a capacidade de locomoção destas sempre foi muito mais limitada do que a dos homens do mesmo grupo. Ainda encontramos algumas das moças velhas da comunidade de Jesus que nunca foram a nenhuma das pequenas cidades da região e não conhecem nenhuma das cidades locais. Quanto aos homens, seu poder de deslocamento garante-lhes maiores facilidades para encontrarem suas noivas e esposas. Mesmo assim, encontramos na comunidade três mães solteiras e um pai solteiro. Em todos os casos, os pais solteiros e seus filhos são acolhidos e mantidos por seus pais e são aceitos sem restrições por toda a comunidade.

As famílias são chefiadas, sem exceção, pelos maridos e no caso das mães solteiras, são os avós que mantêm a nova família constituída pela mãe e seu filho. O velho patriarca mantém ao redor de sua casa um conjunto de pequenos quartos destinados a abrigar membros da família que necessitem residir no núcleo principal da comunidade. Percebe-se na comunidade de Jesus, portanto, um único tipo

de grupo familiar: Família nuclear de chefia masculina: composta pelos cônjuges e seus filhos, podendo, ainda incluir mães e pais solteiros (filhos do casal principal) e seus filhos (TEIXEIRA, 2008).

Os jovens desejam namorar para casar cedo e constituir família. Encontram-se totalmente dispostos ao casamento (16 a 21 anos), faltando-lhes, em muitos casos, o encontro do (da) parceiro (a) ideal ou possível. A distância e o relativo isolamento ainda são fatores que determinam a relativa demora na constituição das novas famílias.

Para a autorização de namoro e casamento, a primeira condição imposta pelos pais e pelo patriarca Jesus é a de que o novo cônjuge aceite viver na comunidade. Ao novo casal será destinada uma área para plantio, cultivo e criação, além da construção de sua própria moradia. Os mais novos apreciam, enormemente, a vida nas imediações da casa do senhor Jesus, por ser este o único espaço que possui energia elétrica, água gelada, rádios, aparelhos de som e televisão.

Figura 03: Casa principal da comunidade



Foto: Gustavo Gurgel (2008)

A evolução da Comunidade Jesus

No ano de 1960, com a queda do preço da borracha, a família mergulhou em um novo período de penúria, Teixeira (inédito – 2008) destaca esse período onde a comunidade consegue compensar essa situação “pela coleta e venda da castanha-do-pará e pelo plantio de mandioca (*Manihot esculenta*) para a produção de farinha”.

Nos anos 1970 e 1980, as terras da região do São Miguel passaram por suces-



sivos processos de ocupação e colonização de base agropastoril, consequência do avanço das frentes de expansão econômica advindas do eixo da BR-364.

O Projeto de Colonização Primavera trouxe os colonos para perto da comunidade. Embora vissem há mais de 50 anos na região, a família passou a perder suas terras diante do avanço dos novos colonos que possuíam títulos de assentamento oferecidos pelo INCRA.

O Projeto Primavera sofreu graves revezes diante da malária que devastou a região, inviabilizando a sobrevivência dos colonos. As terras abertas e parcialmente desmatadas terminaram, na maior parte, compradas ou “apossadas” por grandes proprietários de outras regiões do Estado e do País”. Diante dessa nova ordenação territorial, a família viu-se confinada a um pequeno lote de terras e os fazendeiros terminaram por decidir em reuniões locais a proporção e os limites das terras que caberiam à família quilombola. Assim, criou-se um impasse evidente, ficando o grupo de remanescentes de quilombos sujeitos a autoridade informal dos fazendeiros locais, que chegaram, mesmo a fincar porteiras que são mantidas sob cadeado nas estradas públicas de acesso ao quilombo, definindo quem pode ou não ter acesso às terras onde vive a família quilombola (TEIXEIRA, 2008).

Vemos que a região ocupada pela comunidade de Jesus vive em constante tensão. Disputas fundiárias tornam-se cada vez mais frequentes, de um lado, as populações de colonos atraídos pelos projetos de assentamento realizados pelo INCRA, que não consegue assentar todos, pois a demanda excede a oferta de terra e, do outro lado, os poucos fazendeiros que têm se apossado da maior parte das terras dos assentados. Além disso, temos ainda a área da REBIO Guaporé, limitando a capacidade de expansão da comunidade. Entre colonos, posseiros, fazendeiros e a REBIO encontram-se as terras pleiteadas pela comunidade Jesus.

Hoje, essa área constitui um território de aproximadamente 5.900 hectares, em sua maioria formada por terrenos alagadiços, inundados durante a longa estação das chuvas, entre os meses de novembro a abril. Apenas 10% do território é formado por terras firmes, livres das inundações periódicas. A família perdeu todas as terras de castanhais para os fazendeiros que as transformaram em pastos. As terras pretendidas ainda estão sendo alvo da ação inescrupulosa de fazendeiros e madeireiros que invadem a propriedade e exploram ilegalmente a madeira. “A tensão tem sido controlada pela evidente sensibilidade política e diplomática do patriarca, senhor Jesus, que sempre manteve uma relação de cordialidade com seus vizinhos, mesmo em situações de adversidade” (TEIXEIRA, 2008).

O avanço realizado por grandes fazendeiros sobre as terras antes ocupadas pela comunidade é perceptível sobre todas as circunstâncias.

Teixeira (2008) ainda relata a constrangedora situação:

Ao adentrarmos as terras da comunidade encontramos uma porteira que impede a livre passagem pela estrada pública. Esta porteira foi fixada na estrada pelo fazendeiro Renato e, por sua ordem o capataz da fazenda limita o acesso dos que se dirigem à comunidade quilombola.

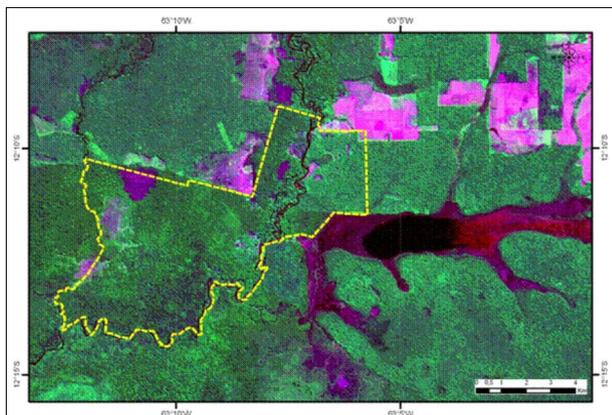
Em nossa visita à comunidade para realização da pesquisa, ao retornamos para a cidade numa sexta-feira às oito horas da manhã, encontramos a porteira fechada com cadeado da mesma forma que o pesquisador acima citado havia encontrado há aproximadamente um ano. Podemos concluir que nada foi feito para que a porteira e o cadeado fossem retirados, já que se trata de uma estrada pública.

A alegação do senhor Renato é a de proteção ambiental, pois, segundo ele, o senhor Jesus não impede ninguém de pescar em suas terras e com isso o peixe tem ficado escasso e difícil. O próprio fazendeiro, que já desmatou a maior parte de suas terras mantém pretensão sobre as terras da “Lagoa Preta”, limitando, a título de pre-



servação ambiental, o acesso dos moradores da localidade à dita lagoa.

Figura 04: Imagem satélite da Lagoa Preta e área desmatada da fazenda do senhor Renato



Fonte: Imagem de satélite Landsat TM, Cena 231/068 Bandas 3, 4 e 5, composição colorida RGB, de 21/07/2008.

O mesmo fazendeiro, senhor Renato, denunciou o senhor Jesus ao IBAMA, em 2005, por extração ilegal de madeira, gerando um nível de tensão e insatisfação da comunidade. Enquanto as melhores terras foram “ocupadas” pelos grandes pecuaristas, a família do senhor Jesus Oliveira permaneceu nas áreas alagadiças e nos limites das terras que foram transformadas, em 1982, em Reserva Biológica, a REBIO Guaporé.

Em entrevista perguntamos ao Senhor Jesus:

(P) Senhor Jesus, já quiseram comprar suas terras? O senhor já quis vender suas terras ou sair da localidade?

(Q) Não, oferecer dinheiro não. Quando a velha às vezes ela se aborrecia e dizia assim “eu vô embora”, eu digo: você pode ir que eu num vô! Ai ela se aquietava, né? E às vezes assim também às vezes eu me aborrecia e dizia: eu vô embora. Ela dizia assim: “não, então você pode ir também que eu num vô”. Intonce, toda vida foi assim dizincontrado, né? Intonce, eu acho que foi Deus que ajudou isso aí, né? No caso de os dois dizer vamu imhora, vamu imhora. Nós tinha perdido tudo, né? Tava tudo na mão dos fazendeiro.

Se não fosse a persistência e paciência do casal seria pouco provável a permanência dessa comunidade quilombola na região, as pressões causadas por fazendeiros, madeireiros e pecuaristas são cons-

tantes gerando uma injusta disputa sobre o território que é legítimo dessa comunidade.

Diferentemente da comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé, a comunidade de remanescentes quilombolas de Jesus não enfrentou problemas com o IBAMA, uma vez que as terras da REBIO Guaporé nunca avançaram sobre as terras da comunidade. Como bem observou Teixeira:

O próprio IBAMA mostra-se interessado na conclusão do processo de delimitação fundiária da comunidade quilombola, uma vez que esta deverá servir como anteparo aos avanços dos fazendeiros sobre as terras imediatamente contíguas à REBIO Guaporé. (TEIXEIRA, 2008)

Atualmente, a comunidade vive da agricultura e da pecuária de subsistência, permanecendo em uma região onde os terrenos são, em sua maioria absoluta, inundáveis, portanto, pouco propensos à agricultura e ao desenvolvimento da pecuária. Todas as terras firmes que circundam a comunidade, incluindo os antigos castanhais, foram ocupadas por fazendeiros e grandes proprietários rurais.

Partindo dessa infeliz condição e já observando as dificuldades enfrentadas pela comunidade questionamos o senhor Jesus:

(P) Senhor Jesus, o senhor gostaria de fazer mais alguma roça aqui? Tem alguma coisa que o senhor ainda gostaria de plantar?

(Q) Roça eu já fiz muito, só que hoje a gente tem vontade de fazer uma plantação ai plantar as coisa que como aqueles inhame né? Uma coisa que todo mundo tá falando né? Diz que dá muita saída né? E mandar mecanizar um pedaço de terra aí né? E plantar bastante! Porque a terra que nois temos pra autorizar é só isso aqui e um pedaço lá, né? Porque pra cá a maioria é banhado também. E pra planta nesse banhado só aquele arroz do brejo ai é uma beleza, mas só que a gente aqui num tá podendo roçar também (...) que as vezes a gente queria fazer uma coisa, antigamente num era IBAMA era IBDF, chegava aqui e dizia “não faça isso não, a gente tá pedindo, que pa amanhã vocês num entrar numa fria né?” Falavam assim, a gente já

num tem nada né? Outro dia eu falei com eles, sem ser essa vez agora que vieram, eu digo ó o fazendeiro entro ai derrubou 200, 300 400 alqueire tudo bem né? Agora eu quero ver se nois pode roça ao meno pa planta assim alguma coisa uma roça né? Ele respondeu pra mim assim “o senhor num vai leva a mal não, né eu lhe responder essa preogunta – faz de conta que eu num vi nada e o senhor num me falou nada”. Agora na minha visão eu entendia assim que se ele quiser, se eu fizer alguma coisa e chegar aqui e quiser falar, eu digo não, não vamu por o pingo no i né? Você faz de conta que você num viu nada também e pronto cabousse (risos).

Percebemos que o IBAMA, embora tendo realizado fiscalização na área, e algumas vezes, erroneamente, responsabilizando a comunidade de impactos gerados por fazendeiros, não tem causado muitos problemas para a comunidade, Algumas vezes, até tenta proteger a área de invasões de caçadores e pescadores. Partindo do bom senso, o IBAMA permite que a comunidade faça suas plantações de subsistência sem maiores problemas, conforme se pode observar nas figuras abaixo.

Figura 05: Roça de macaxeira, principal cultivo da comunidade tanto para o consumo como para a comercialização na cidade



Foto: Gustavo Gurgel (2008)

Além das dificuldades naturais, devidas à maior parte da área ser alagada, ainda existe a fiscalização do IBAMA que limita a área do roçado quilombola, dificultando assim a subsistência e manutenção da comunidade. Ainda assim, a comunidade não pode contar, ou pouco pode contar, com o apoio de órgãos públicos que poderiam dar algum apoio a essas famílias para melhorar sua lavoura, elevando o nível da qualidade de vida da comunidade.

Continuando a entrevista:

(P) Senhor Jesus, o que mais está faltando aqui para a sua comunidade?

(Q) Em primeiro lugar, pra mim era uma comunicação, né? Em segundo, um barco ou a camioneta, mas faz tempo, o que a gente sabe aqui é que a o prefeito que saiu que era o Dr. Paulo ele deixou o motor zerado compradim e esse motor nunca apareceu, isso ai todos dizem, né? Que esse motor foi comprado e deixado aqui na comunidade. Nunca veio! Já melhoria bem, tem também os alunos, a melhoria da escola né? Um professor que dê aula pra outras séries. Outro pobrema é a energia, tem as placas, mas as baterias já tão esgotadas.

Figura 06: Escola de ensino fundamental da comunidade



Foto: Gustavo Gurgel (2008)

Considerações finais

Há que se atentar para o fato de que a pressão sobre s recursos naturais da região onde está localizada a Comunidade de Jesus vem paulatinamente dilapidando o patrimônio genético e a terra de onde seus habitantes tradicionalmente retiram o seu sustento. Por isso, garantir à Comunidade de Jesus condições para sua perpetuação, implica em pensar sua reprodução sócio-cultural. Só assim haverá melhorias na qualidade de vida dos habitantes da região.

Uma gestão responsável dos recursos naturais, que leve em consideração, inclusive, as ameaças constantes aos recursos pesqueiros existente na região da Lagoa Preta, pela presença desordenada de pescadores, turistas e outros é o que se espera das autoridades responsáveis.



A Comunidade de Jesus espera confiante no pleno atendimento de pleito feito junto ao INCRA e demais órgãos competentes, quanto ao reconhecimento de sua área de ocupação, considerando que a pretensão é legítima, além de resgatar uma dívida secular com as populações negras.

Referências

BANDEIRA, Maria de Lurdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia*. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CABRAL, Octaviano. *História de uma região*. (Mato Grosso, fronteira Brasil – Bolívia e Rondônia). Niterói: Himalaia, 1963.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL / MEC, 1949.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: NUPAUB / USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB / USP, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos S.; MOREIRA, André de Castro (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLORENCE, Hercules. *Viajem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix. Ed. USP. 1977.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Dos Campos d'Ouro à Cidade das Ruínas, Grandeza e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé, séculos XVIII e XIX*. Recife: Dissertação de Mestrado, FFLCH/Mestrado em História/UFPE, 1997.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé, identidade e Sustentabilidade*. Belém: NAEA/UFPA, Tese de Doutorado. 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária. (estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VOLPATO, Luisa Rios Rice. *Cativos do sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá. 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero / EUFMT. 1993.

VOLPATO, Luisa Rios Rice. *Mato Grosso, ouro e miséria no antemural da colônia*. Dissertação de Mestrado FFLCH / USP. São Paulo, 1980.